

COMPETÊNCIAS FUTURAS: DO SINCRETISMO À INTEGRAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS

ANA LÚCIA TERRA*

INTRODUÇÃO

As mudanças propiciadas e intensificadas por um ambiente tecnológico fortemente conectado em rede promoveram a desintegração das fronteiras disciplinares e profissionais, nas quais as instituições e os profissionais de Arquivos, Bibliotecas e Museus (ABM) se encaixaram nos últimos séculos (Marty 2009).

Na verdade, a diferenciação funcional e organizacional entre bibliotecas, arquivos e museus é um fenómeno que remonta à Época Moderna e que se foi desenvolvendo como resposta às necessidades decorrentes da gestão de diferentes tipos de conjuntos documentais, que foram aumentando em volume e diversificando em termos de tipologias (Rayward 1998; Silva et al. 1998, pp. 45-100). Atualmente, apesar da erosão destas fronteiras, às bibliotecas ainda é atribuída a incumbência do tratamento e difusão dos impressos e similares, aos museus a responsabilidade por objetos com valor histórico e cultural e aos arquivos a guarda de documentos resultantes da atividade das organizações. A partir da Época Moderna, afirmaram-se e intensificaram-se as distinções entre estes diferentes tipos de instituição, tanto ao nível da filosofia organizacional, como das funções e das técnicas de trabalho, em resposta às exigências dos distintos formatos e meios de informação que custodiavam e disponibilizavam para acesso ao público. Poderemos notar que se foram construindo culturas profissionais específicas de arquivos, de bibliotecas e de museus, as quais tenderam a definir-se individualmente em oposição mútua. Esta interpretação é defendida por Rayward (1998) ao esclarecer que

Libraries, archives, and museums are agencies that represent institutionalized organizational practices that the different professional cultures have evolved and sanctioned. The key element around which the cultural differences have crystallized has been the different kinds of artifacts for which historically the different professional groups have assumed responsibility (Rayward 1998, pp. 223-224).

* Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1292-2849>; Email: anaterra@fl.uc.pt.

Num estudo australiano de 2014, os profissionais de ABM consultados sobre as tendências que impactam este tipo de instituição elencaram um conjunto significativo de aspetos que induzem à modificação e ao reposicionamento dos serviços oferecidos e das abordagens de implementação (Mansfield et al. 2014). A alteração das expectativas dos consumidores inclui experiências personalizadas e prontidão nas respostas alinhadas com os desejos individuais de cada um, ainda que integrados em soluções massificadas. A utilização cada vez mais ubíqua e diversificada da *Internet* e dos serviços digitais móveis tem conduzido a uma mudança radical no envolvimento do público com os ABM e com os seus recursos. Um cada vez maior número de pessoas acede, utiliza e contribui com conteúdos informacionais e culturais *online*, independentemente de a origem ser um arquivo, uma biblioteca, um museu ou qualquer outro tipo de entidade. As redes sociais vieram permitir às pessoas interagir mais facilmente uns com os outros, comentar, partilhar e contribuir com informação e conteúdos. Esta situação tem desafiado as posições tradicionais de autoridade e exclusividade de ABM, que passam a coabitar, e mesmo a competir, com uma gama mais vasta de instituições fornecedoras de informação, conteúdos e serviços. Paralelamente, verifica-se uma estagnação ou diminuição do financiamento público destinado aos ABM, apesar de os custos em recursos humanos, manutenção de edifícios ou das coleções tenderem a aumentar progressivamente. As mudanças climáticas e o envelhecimento da população são também aspetos que fomentam o reposicionamento dos ABM.

Neste texto, partindo de uma reflexão sobre trabalhos que discutem esta colaboração e convergência entre ABM, iremos procurar evidenciar que a formação ao nível do ensino superior nestas áreas precisa de tender para alguma integração, apresentando-se a Ciência da Informação como um cenário propício a essa abordagem. Essa integração focada em teorias, conceitos, terminologia e competências partilhadas por arquivos, bibliotecas e museus, não omitindo as especificidades de cada contexto, ultrapassará o mero sincretismo, entendido como junção ou colagem artificial. Serão realçados os apelos e as propostas de alguns autores para alterações nos perfis de formação dos profissionais da informação vocacionados para ABM. Partindo desta contextualização, será abordado com maior detalhe o modo como a organização do conhecimento é apresentada e abordada em obras que têm servido como manuais para a área da organização do conhecimento em cursos de ensino superior da área da Ciência da Informação. O texto termina com considerações finais sintetizando alguns tópicos da convergência entre ABM, com especial enfoque para a organização do conhecimento.

O ponto de partida desta reflexão é a de que os ABM são atraídos por forças de convergência e, em simultâneo, têm de lidar com alguns dos vieses e problemas inerentes a esse posicionamento, pelo que iremos refletir sobre estes aspetos no tópico seguinte.

1. AS FORÇAS E OS VIESES DA CONVERGÊNCIA ENTRE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS

De acordo com Choi (2020, p. 212), as instituições de memória, nas quais inclui arquivos, bibliotecas e museus, procuram através da colaboração e da cooperação, aumentar os seus públicos, receber o apoio da sociedade, preservar bens culturais e afirmar a sua relevância num ambiente em mudança.

Como forças motrizes da convergência poderemos distinguir aspetos de ordem epistemológica, complementados com a ideia de um regresso à «ordem original», aspetos decorrentes do ambiente digital, do emergir e vigência de usos indistintos, bem como de escolhas institucionais pragmáticas para enfrentar um ecossistema político e financeiro altamente concorrencial.

A convergência epistemológica radica na ideia de que os ABM «have been linked both philosophically and intellectually for thousands of years, and it is that connection that ultimately underpins and makes possible any idea of convergence» (Howard 2015, p. 100). Segundo Araújo (2020), ao longo do século XX, as evoluções teóricas da Arquivística, da Biblioteconomia e da Museologia, e também alguns desenvolvimentos no domínio da prática, contribuíram para diluir as fronteiras de cada uma e, simultaneamente, para promover a sua integração, no âmbito da Ciência da Informação. Given e McTavish (2010, p. 24) seguem a mesma linha de pensamento considerando que, embora isto não tenha sido feito de forma sistemática, a evolução da *Librarianship and Information Science* para a *Information Science* — com o foco na Ciência da Informação como um campo agregador para várias abordagens de recolha, gestão e acesso à cultura material — demonstra um grande potencial para uma convergência mais intensa e completa, tanto ao nível conceptual como empírico, oferecendo também uma base adequada para a componente educacional. Na perspetiva destes autores, tal convergência reflete de modo mais verdadeiro as práticas de informação na sociedade atual e oferece um arsenal teórico-metodológico mais robusto para lidar com essa realidade.

Esta convergência epistemológica também se alimenta de uma argumentação baseada num retorno à «origem primordial» de arquivos, bibliotecas e museus, nascidos há mais de 5000 anos, na Mesopotâmia, onde se desenvolveram «sistemas de informação» acoplados a templos e palácios que conservavam documentos com funções e índoles distintas (administrativa, religiosa, científica, artística, etc.) e objetos com relevância simbólica, misturando o que hoje distinguimos como recursos de arquivos, bibliotecas e museus. Esta visão e prática unitária encontrou um expoente máximo na Biblioteca de Alexandria e continuou, florescendo, no século XVI com os gabinetes de curiosidades (Howard 2015). Alguns autores enfatizam a visão una e sistémica destes gabinetes de curiosidades, típicos dos séculos XVII e XVIII, onde se juntavam

materiais de origens e tipologias diversas. Esse sentido é bem explicitado por Waibel e Erway (2009) ao referirem que

The cabinets of curiosities assembled by gentleman scholars in the seventeenth and eighteenth century did not differentiate materials into what we consider today's museum objects, library books, and archival papers. These early collections represent an undifferentiating passion for knowing the world and collecting the evidence of all natural and cultural production. The gentleman scholar's collecting activity explicitly aimed to unite the world's information under one roof although access to this body of information remained the exclusive pleasure of the leisure class (Waibel e Erway 2009, pp. 324-325).

No que respeita à convergência digital, vários autores realçam o facto de que a digitalização elimina as distinções físicas entre os diferentes tipos de documentos e, portanto, também desfaz em grande medida a necessidade de distinções entre as instituições que os gerem e custodiam. Por outro lado, no ambiente digital, os indivíduos podem criar, por vontade própria «ever-changing virtual “cabinets of curiosities” in which any kind of digitized document — text, image, or object — can be introduced and used» (Rayward 1998, p. 214). Esta diluição de fronteiras entre ABM também sobressai em aspetos que podem apresentar-se como problemáticos, a exemplo das questões de armazenamento, de preservação e de acesso continuado aos recursos eletrónicos. As coleções digitais esbatem os limites de quem possui que conteúdo já que o formato dos artefactos tradicionalmente recolhidos por cada tipo de instituição se torna menos específico. Como sublinha Howard (2015), as instituições partilham itens raros e preciosos através de imagens digitalizadas, as exposições de recursos digitais são objeto de curadoria *online* e os metadados são adicionados tanto por profissionais como por utilizadores através de indexação social (*social tagging*).

A convergência motivada por usos indistintos por parte dos utilizadores de ABM também é defendida por alguns autores ao enunciar que os utilizadores não se prendem a essa diferenciação funcional e institucional porque o que pretendem é informação capaz de resolver as suas necessidades informacionais (Rayward 1998). Por norma, os utilizadores não se orientam pelas linhas escritas na areia que os profissionais dos ABM tendem a fixar no que respeita à sua formação académica e ao seu campo de atuação profissional (Given e McTavish 2010).

Por fim, a convergência pragmática decorre da constatação de que os ABM partilham, na essência, os mesmos desafios, ainda que os seus profissionais estejam frequentemente isolados e acantonados nas suas práticas profissionais. Esses desafios prendem-se com a necessidade de afirmação social e de relevância na tomada das decisões políticas que lhes dizem respeito. Importará que os ABM ganhem escala e capacidade de diálogo

com todos os *stakeholders* e com os decisores pela alocação de financiamento, tanto a nível nacional, local ou institucional. O imperativo de uma promoção coordenada dos ABM afirma-se, assim, como uma prioridade para os três sectores (Allen et al. 2017).

Nesta perspetiva de convergência, é necessário atender ao facto de que os ABM necessitam, primeiramente, de trabalhar as dinâmicas de colaboração internas para que possam colaborar com sucesso num âmbito mais alargado. Como bem explicitaram Waibel e Erway (2009), os ABM precisam de pensar global mas antes têm de agir ao nível local:

It seems unlikely that LAMs can successfully collaborate on the network level unless they have worked through issues of convergence in their own backyard. The groundwork for success on the network level is laid in local collaborations, such as creating cohesiveness among LAM belonging to the same organization (Waibel e Erway 2009, p. 325).

A proposta destes autores para idealizar a colaboração dos ABM como um *continuum* de atividades progressivamente mais complexas, com maiores exigências de investimento, sujeitas a riscos crescentes, mas também com resultados mais gratificantes é operacionalmente bastante significativa e produtiva (Figura 1).

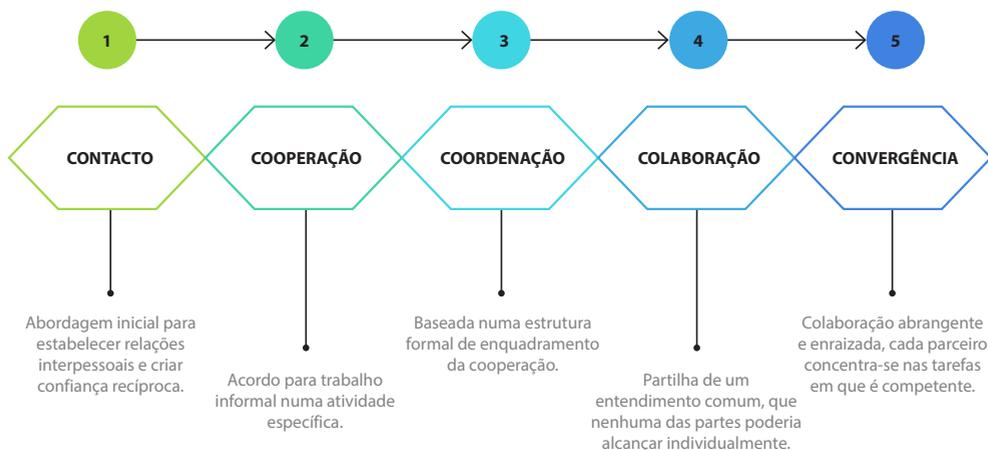


Fig. 1. O *continuum* da colaboração entre Arquivos, Bibliotecas e Museus

Fonte: Adaptado de Waibel e Erway (2009, p. 326)

Este processo em contínuo de colaboração entre ABM, inicia-se com uma primeira abordagem, muito focada no estabelecimento de relações interpessoais e na criação de confiança recíproca, base de qualquer colaboração bem-sucedida. Já a cooperação envol-

verá um acordo para trabalho, ainda que de modo informal, em algum tipo de atividade específica. Esta cooperação poderá evoluir para a coordenação, implicando já uma estrutura formal de enquadramento. Segue-se a colaboração, consistindo na partilha de um entendimento comum que permitirá às partes concretizar iniciativas e objetivos que não poderiam alcançar individualmente. Por fim, a convergência implica uma colaboração abrangente e enraizada, em que cada parceiro se concentra nas tarefas em que é competente, no âmbito de um projeto, parceria ou realização mais abrangente.

Allen et al. (2017, p. 7) também sublinham que pode ser mais vantajoso desenvolver pequenos grupos de interesse juntando áreas e a um nível mais local (por exemplo, um distrito, um município ou uma zona metropolitana) onde já há contactos de proximidade ou onde é possível fazer com maior facilidade uma ponte entre as divisões tradicionais do sector ABM.

Outra vertente de integração entre ABM situa-se no campo da formação, onde é necessário quebrar os clusters de ensino centrados em bibliotecas, arquivos e museus, que funcionam como silos. Given e McTavish (2010) enfatizam a importância da formação para diluir e quebrar as barreiras entre ABM, aludindo em específico à partilha de normas:

As long as librarians, archivists, and museologists (not to mention other information professionals) continue to be educated in isolation from one another — for example, with few standards that cross disciplinary boundaries in terms of organization, preservations, and user access — real boundaries to collection, management, and access of materials will remain (Given e McTavish 2010, p. 23).

Assim, os vieses da convergência dos ABM concretizam-se em abordagens parcelares de partilha centradas em aspetos particulares da prática profissional como a criação e implementação de modelos de metadados, a preservação e a conservação ou a adoção de CMS (*Content Management Systems*). Mansfield et al. (2014) apresentam um elenco de seis áreas onde os ABM podem colaborar proveitosamente pelas interseções que apresentam para cada uma das realidades, mas que não deixam de ser silos de colaboração, onde as áreas podem ficar acantonadas sem uma visão mais abrangente. Essas seis áreas incluem a digitalização e as questões de acesso, a preservação digital, a gestão de direitos de autor, as competências orientadas para a mudança organizacional, as infraestruturas partilhadas além da colaboração transdisciplinar, as Humanidades Digitais e *eResearch*.

Outro tipo de viés de integração identificável na literatura pauta-se pela ênfase numa das áreas da integração (arquivos, bibliotecas ou museus) e pela preocupação com a sua possível perda de visibilidade nesse processo. Este é o posicionamento de Bastian (2017, p. 331) ao referir a necessidade de foco nos arquivos num ambiente de convergência, sublinhando o papel que podem desempenhar nesse percurso. Na sua opinião, para os arquivistas, promover a cooperação e a paridade num ambiente unificador, em vez de se

contentarem com um papel secundário numa convergência igualitária, pode ser o maior desafio neste cenário.

Verifica-se ainda que as reflexões sobre a integração de ABM estão quase exclusivamente focadas e partem do campo das instituições de memória e serviços culturais, omitindo a gestão da informação e os serviços de gestão da informação. Como refere Bastian (2017) cada instituição interpreta a convergência segundo a perspectiva que melhor serve a sua própria cultura, recursos ou ambiente político global em que se enquadra.

Importa, por isso, abordar os ABM numa visão ampla, acolhendo vertentes complementares capazes de fomentar abordagens inovadoras, conjugando, por exemplo, a filosofia do acesso aberto, a descoberta federada, a geolocalização de informação dos ABM, a abertura aos contributos do público, a digitalização de recursos textuais, artefactos ou sons e vídeos, o acesso virtual a coleções físicas, ou a reinvenção de espaços físicos, por exemplo (Mansfield et al. 2014). Esta visão ampla não poderá concretizar-se sem perfis profissionais alinhados com perspectivas integradoras.

2. NOVOS PERFIS PROFISSIONAIS: DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO AO NÍVEL DA FORMAÇÃO ACADÊMICA

A integração de ABM não pode fazer-se com profissionais com visões insulares e atomizadas destes serviços de informação, nesse sentido a formação tem de apontar para uma nova geração de profissionais capazes de uma visão integradora e integrada. Só assim será possível maximizar o acesso à informação por parte dos utilizadores, tal como enfatizou Howard (2015, p. 104): «The need to educate information professionals who can operate across these blurred cultural heritage boundaries is becoming paramount if we are to maximize the use of our rich collections of cultural heritage information».

Para o contexto norte-americano, em 2010, Given e McTavish, verificaram que existia uma divergência geral e uma separação entre os arquivos, bibliotecas e museus, enquanto campos de estudo, apesar do imperativo sobreposto de recolher, gerir, e proporcionar o acesso a várias formas de produção cultural e de conhecimento. Analisaram com detalhe os cursos de formação de bibliotecários acreditados pela ALA, notando que, havendo alguns cursos a oferecerem disciplinas de arquivística, de gestão da informação e áreas conexas, apenas uma das escolas oferecia um curso incluindo a palavra arquivo na designação. Adicionalmente, referem que no *site* da Society of American Archivists (SAA), os cursos de mestrado listados para formação de arquivistas se apresentam como um ramo de outras áreas, por exemplo da História, ou que estão integrados num curso de mestrado de Biblioteconomia e Ciência da Informação. A mesma dinâmica de integração é verificada para os cursos de mestrado na área da Museologia.

Contudo, esta integração da formação de profissionais para ABM precisa de se apoiar em pesquisas que forneçam evidências dos conhecimentos e das competências que estes profissionais necessitam num cenário de convergência (Howard 2015).

Um exemplo de operacionalização desta abordagem, na área da Ciência da Informação, é descrito por Choi (2020) ao apresentar a reestruturação do Master of Science in Library and Information Science, com a criação de um ramo de especialização em Cultural Heritage Information Management. Este modelo designado de FROST (*Foundations – Resources – Organization – Services – Technology*) apresenta cinco áreas de competência (Figura 2).



Fig. 2. Modelo de competências FROST para ABM
Fonte: Adaptado de Choi (2020)

A área dos «Fundamentos históricos e contextuais (F)» representa o conhecimento e a compreensão da cultura, do contexto e das coleções de instituições culturais. Segue-se a área da «Gestão de recursos e curadoria digital (R)» que implica conhecimentos para o desenvolvimento, curadoria, gestão e avaliação de dados e recursos de informação em todos os formatos. Já a terceira área da «Organização da informação (O)» engloba a prática de descrição de recursos bem como a criação de estruturas de conteúdo orientadas para a descoberta de informação. A área do «Desenvolvimento de serviços de informação (S)» caracteriza as competências dos estudantes na análise das necessidades dos utilizadores, de modo a conceber e avaliar produtos e serviços para satisfazer essas necessidades e fazer avançar a missão e os valores da sua instituição. Por fim, a área da «Tecnologia digital (T)» implica a compreensão da utilidade de ferramentas tecnológicas para a criação de conteú-

dos e serviços, e competências para trabalhar com tecnologias de digitalização, de modo a criar e gerir representações digitais de recursos, servindo a missão das instituições do património cultural.

Considerando a área da organização do conhecimento e da informação, entendida em sentido lato, como uma área nuclear da integração da formação de futuros profissionais aptos para o trabalho em ABM, iremos ver de seguida as propostas de alguns manuais de Ciência da Informação nesta matéria.

3. A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS: UMA ABORDAGEM A MANUAIS DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Uma visão integradora de arquivos, bibliotecas e museus precisa de focar-se em áreas onde essa amálgama de conceitos, teorias e práticas seja mais evidente ou natural. A organização do conhecimento, entendida num sentido estrito, tal como apresentada por Hjørland (2008) representa justamente um campo de encontro entre ABM pois:

In the narrow meaning Knowledge Organization (KO) is about activities such as document description, indexing and classification performed in libraries, bibliographical databases, archives and other kinds of “memory institutions” by librarians, archivists, information specialists, subject specialists, as well as by computer algorithms and laymen. KO as a field of study is concerned with the nature and quality of such knowledge organizing processes (KOP) as well as the knowledge organizing systems (KOS) used to organize documents, document representations, works and concepts (Hjørland 2008, p. 86).

As atividades, processos e sistemas direcionados para a organização de documentos são essenciais e transversais a estas instituições de memória, as quais integram arquivos e bibliotecas, mas onde, naturalmente, também cabem os museus, todas trabalhando com documentos, representações de documentos, obras e conceitos.

Um posicionamento integrador ou sincrético, relativamente à organização do conhecimento em arquivos, bibliotecas e museus, é assumido e materializado em alguns manuais dedicados à organização do conhecimento e à representação da informação destinados a professores e estudantes de cursos de ensino superior da área da Ciência da Informação.

Numa abordagem exploratória e com base na seleção de uma amostra por conveniência, iremos apresentar um levantamento do modo como é tratada a organização do conhecimento em três manuais ancorados na área da Ciência da Informação, e já com

algum sucesso editorial, o que entendemos como um sinal da sua aceitação por parte da comunidade acadêmica e profissional.

A obra *The organization of information* teve a sua primeira edição em 1999 e conta com três reedições, em 2004, 2009 e 2017. Para este texto, tomaremos como referência as edições de 2009 e 2018 (Joudrey, Taylor e Wisser 2018; Taylor e Joudrey 2009). O capítulo inicial dedica-se a apresentar uma panorâmica geral da área da organização de informação registada, elencando as áreas onde considera ocorrer essa organização, a saber bibliotecas, arquivos, museus, mas também a *Internet*, as bibliotecas e os arquivos digitais e a arquitetura da informação (Taylor e Joudrey 2009, pp. 15-22). Já na edição de 2018, estes últimos foram repensados e agregados sob a designação mais abrangente de contextos *online*, incluindo agora a *Internet*, *web* semântica e dados ligados, coleções digitais e arquitetura da informação (Joudrey, Taylor e Wisser 2018, pp. 30-40). Para cada contexto específico, são elencadas especificidades dos seus recursos de informação e normas sectoriais respeitadoras dessas particularidades e capazes de as representar, no intuito de facilitar a sua identificação e recuperação, em processos de busca da informação. Portanto, neste manual, prevalece uma visão integradora da organização da informação nos diferentes contextos, promovendo-se o conhecimento, das normas e procedimentos específicos, em simultâneo pelos profissionais de arquivos, bibliotecas e museus, mas não se questiona esta segmentação, nem a sua inoperacionalidade em certos contextos. Nessa perspectiva, compreende-se que nos capítulos seguintes sejam explanados com bastante detalhe esquemas de metadados para recursos bibliográficos, para documentos de arquivo e para obras de arte e suas representações. A estrutura dos capítulos 7 e 8 sobre metadados descritivos e metadados para pontos de acesso e controlo de autoridade reflete esta visão integradora fundamentada na partilha das mesmas necessidades ou problemas, como é referido, por exemplo, em relação à criação de pontos de acesso normalizados «libraries, archives, and museums came to the realization that there needs to be consistency and predictability in retrieval systems, something that goes beyond the luck of keyword searching» (Joudrey, Taylor e Wisser 2018, p. 257).

Já na obra *Information resource description: creating and managing metadata*, com edições de 2012 e de 2018, Philip Hider, usando uma abordagem descritiva e explicativa, propõe-se olhar «at how metadata works (or does not work) irrespective of the particular tradition from it emanates» (Hider 2018, p. xiv), abrangendo, assim, a descrição e organização de recursos de informação (*information resources*) independentemente de pertencerem a arquivos, bibliotecas ou museus. Nessa perspectiva, no capítulo 4, discorre sobre as fontes de metadados em arquivos, bibliotecas, museus ou editores. No capítulo 7, Hider apresenta uma síntese introdutória a um conjunto alargado de normas de metadados aplicáveis à publicação em ambientes *web*, às bibliotecas (analógicas e digitais), aos arquivos e à gestão da informação, aos museus, ao sector editorial, às bases de dados ou à pesquisa

e educação. Como refere Gartner (2016, p. 109): «Metadata is in many ways an attempt to develop a science for organizing ideas and so creating knowledge» e, nessa medida, tal como sublinhado por Mayernik (2020), algumas das abordagens à organização do conhecimento, nomeadamente sistemas de classificação, análise facetada, recuperação de informação, abordagens bibliométricas e a análise de domínios, propostas por Hjørland (2008), envolvem ou são a manifestação de alguma forma de metadados. Nesse sentido, Hider também posiciona a sua obra como um ponto de encontro convergente para a formação de arquivistas, bibliotecários e museólogos, mas também para desenvolvedores *web* ou profissionais do sector editorial, do ponto de vista da organização do conhecimento. A obra apresenta-se como útil para todos os que se interessam ou trabalham com a organização da informação, tanto para estudantes como para profissionais.

A obra *The Discipline of Organizing*, da autoria de Robert J. Glushko, professor da Escola de Informação da Universidade da Califórnia em Berkeley, foi publicada na sua primeira edição em 2013 pelo MIT Press, tendo reedições, em versão ampliada, em 2014, 2015 e 2016 pelo O'Reilly Media. Em 2014, foi escolhido como livro do ano pela Association for Information Science and Technology (ASIS&T), dos EUA. Este sucesso editorial reflete-se no facto de ser um manual adotado em algumas escolas da rede *iSchools*¹. Neste trabalho, tomamos como referência a edição de 2016, na sua edição profissional.

The Discipline of Organizing apresenta uma abordagem integrada para a organização do conhecimento e da informação, propondo uma visão reconfigurada do objeto e dos processos inerentes (Glushko 2013; Glushko 2016). Os recursos constituem o objeto dos processos organizativos, apresentando-se como qualquer coisa de valor que pode apoiar uma atividade orientada para um objetivo, podendo assumir a configuração de uma coisa física, informação sobre as coisas físicas, coisas não físicas e informação sobre coisas não físicas.

Organizar consiste em impor intencionalmente ordem e estrutura, criando possibilidades de interação, tal como explicita Glushko logo no início da sua obra «to organize is to create capabilities by intentionally imposing order and structure» (Glushko 2013, p. 1).

Glushko (2016) propõe uma visão mais ampla e integrada da organização da informação. Na sua perspetiva a organização da informação deve ser vista como um processo e como um sistema. Enquanto processo, envolve várias etapas, desde a criação e recolha da informação até a sua análise e disponibilização para o público.

De facto, uma das principais contribuições de Glushko (2016) é a sua abordagem sistémica para a organização da informação, argumentando que esta deve ser vista como um sistema, composto por diferentes elementos que interagem entre si. Esses elementos incluem o conteúdo da informação, as pessoas que a utilizam, os dispositivos e sistemas tecnológicos.

¹ iSchools, Inc. USA, [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://ischoolsinc.wildapricot.org/Discipline-of-Organizing>.

A abordagem de Glushko (2016) é particularmente relevante para arquivos, bibliotecas e museus, que enfrentam desafios cada vez maiores na gestão da informação, com ênfase para a vertente da organização, num ambiente mais digital e conectado, onde procuram promover a difusão e o acesso a acervos volumoso e diversificados, que incluem documentos, imagens, vídeos, sons e outros tipos de conteúdo.

Para organizar esses acervos, é necessário adotar uma abordagem sistemática e integrada, que atenda tanto às características do conteúdo quanto às necessidades e expectativas dos utilizadores. Adicionalmente é dada especial ênfase à interoperabilidade entre diferentes sistemas de informação. Com efeito, Glushko (2016) argumenta que a interconexão entre os diferentes sistemas é fundamental para garantir a acessibilidade e a usabilidade da informação. A sua proposta visa uma abordagem inclusiva que leva em consideração a diversidade de formatos, estruturas e contextos em que a informação é criada e armazenada.

Um dos contributos de Glushko (2016, pp. 180-196) que vai facilitar esta abordagem integrada é a distinção que aplica aos recursos de informação: domínio, formato, agência e foco (*domain, format, agency e focus*).

A perspetiva do domínio enfatiza a importância de organizar os recursos de forma a refletir as suas características naturais ou intuitivas, em vez de fatores arbitrários ou *ad hoc* (Glushko 2016, pp. 180-183). Isto pode ajudar a melhorar a usabilidade e acessibilidade dos recursos de informação, além de facilitar a colaboração e comunicação dentro de um domínio particular. De facto, o domínio de um recurso é uma noção intuitiva que agrupa os recursos de acordo com o conjunto de características, naturais ou percebidas intuitivamente, que os distinguem de outros recursos. Portanto, o termo «domínio» opõe-se à ideia de agrupamento de recursos *ad hoc* ou arbitrário, motivado pela sua presença, em certo momento, no mesmo espaço. Dentro do domínio, as características de conteúdo, estrutura e apresentação permitem distinguir os tipos de documentos narrativos ou discursivos (por exemplo, romances) e os tipos de documentos transacionais (por exemplo, faturas). Os documentos narrativos resultam da escrita humana e são heterogêneos em termos de estrutura e de conteúdo, normalmente sob a forma de prosa e/ou elementos gráficos. Já os documentos transacionais são criados de modo mecânico, apresentando homogeneidade em termos de estrutura e conteúdo. Muitas vezes assumem a forma de «dados», ou seja, têm um conteúdo fortemente tipificado com uma semântica precisa que pode ser processada por computadores. Numa parte intermédia deste espectro encontram-se os tipos de documentos híbridos, como as enciclopédias e os manuais técnicos, que contêm texto narrativo e conteúdo estruturado com imagens, tabelas de dados, exemplos de códigos.

Já o formato centra-se na distinção mais básica entre físico e digital, ainda que os recursos de informação possam existir em numerosos formatos (Glushko 2016, pp. 183-186).

Esta distinção é muito importante para a implementação de um sistema de armazenamento ou conservação porque é aqui que as propriedades físicas têm de ser tomadas em consideração e muitas vezes colocam constrangimentos. O domínio do formato, refere-se ao tipo de meio ou à configuração em que a informação está disponível, como texto, imagem, áudio ou vídeo. Essa diferenciação é importante porque distintos formatos requerem diferentes abordagens em termos de organização e recuperação da informação. Por exemplo, a organização de imagens pode ser baseada em critérios visuais, como cor, forma e composição, enquanto a organização de áudio pode ser baseada em critérios acústicos, como ritmo, melodia e harmonia. Notando que existem muitos formatos digitais distintos, incide-se na distinção do que Glushko (2016, p. 185) chama de «coeficiente de inteligência em informação», considerando formatos mais inteligentes os que apresentam mais quantidade de informação passível de ser processada por sistemas computacionais.

Por seu lado, a agência diz respeito ao grau de capacidade que um recurso tem para iniciar ações por si próprio (Glushko 2016, pp. 186-191). Podemos definir um *continuum* entre recursos completamente passivos que não podem iniciar quaisquer ações e recursos ativos que podem iniciar ações com base em informações que recolhem do seu ambiente ou que obtêm através de interações com outros recursos. Precisamos de um conceito de agência para integrar, no quadro teórico dos sistemas organizativos, os recursos que são fontes de informação ativas, os quem têm um cariz computacional ou os indivíduos. No que respeita aos recursos ativos, será necessário atender a cinco «capacidades» que aumentam progressivamente a sua «agência»: sensibilidade, ativação, conectividade, computação ou «programabilidade» e capacidade de composição e cooperação.

Por fim, o foco dos recursos distingue os recursos originais ou primários dos recursos que os descrevem (Glushko 2016, p. 192). Qualquer recurso primário pode ter um ou mais recursos de descrição associados para facilitar a sua localização, interação ou interpretação. Os recursos de descrição são essenciais na organização dos sistemas em que os recursos primários não estão sob o seu controlo e só podem ser acedidos através da sua descrição. Estes recursos de descrição são frequentemente designados de metadados.

A distinção entre recursos primários e recursos de descrição, ou metadados, está profundamente enraizada na biblioteconomia e nos sistemas organizativos tradicionais cujas coleções são predominantemente recursos de texto, como livros, artigos ou outros documentos. Nestes contextos, os recursos de descrição são normalmente designados por recursos bibliográficos ou catálogos, e cada recurso primário está normalmente associado a um ou mais recursos de descrição. O contraste entre recursos primários e recursos de descrição é muito útil em vários contextos, contudo, em alguns sistemas organizativos, pode ser difícil distinguir os recursos primários e os metadados. Esta distinção decorre, frequentemente, da decisão sobre os aspetos que retêm a nossa atenção no recurso.

Esta distinção apresentada por Glushko (2016), baseada nos critérios do domínio, formato, agência e foco, pode contribuir para uma abordagem integrada à organização do conhecimento em bibliotecas, arquivos e museus, pois considera diferentes aspectos dos recursos de informação que são relevantes para sua organização e recuperação, mas entende-os como um todo. Atendendo ao domínio, formato, agência e foco, é possível criar estruturas de organização que sejam mais adaptadas aos diferentes tipos de recursos e contextos em que a informação é utilizada, contemplando a diversidade própria dos contextos de arquivos, bibliotecas e museus, no sentido de potencializar a sua integração global e facultar um ponto de acesso único aos utilizadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recuperação da integridade funcional de ABM tem sido objeto de reflexão por parte de teóricos e de práticas e experiências interventivas em contextos de implementação há já algum tempo. Como bem sublinha Rayward (1998, p. 213), a diferenciação funcional de arquivos, bibliotecas e museus foi uma resposta às exigências de gestão de diferentes tipos de coleções, uma vez que estas cresceram em tamanho e tiveram de responder às necessidades e interesses de um leque cada vez mais alargado de utilizadores reais e potenciais. Contudo, esta diferenciação não reflete nem responde às necessidades desses utilizadores. Para os indivíduos, o ideal continua a ser o gabinete pessoal de curiosidades que contém tudo o que é necessário para um determinado fim ou para responder a um interesse específico, independentemente da natureza dos artefactos envolvidos — livros, objetos, dados, documentos pessoais ou documentos oficiais. Atualmente, com o desenvolvimento da *Internet*, os motores de pesquisa tornaram-se, de facto, a porta de entrada nesses gabinetes de curiosidades, onde é possível encontrar recursos de informação que respondem a todas as interrogações. Os ABM vêm, assim, concretizada uma promessa de acesso único aos seus recursos, proporcionando uma base de conhecimento universal, pesquisável individualmente, sem limites geográficos ou temporais.

As distinções entre arquivos, bibliotecas e museus não vão desaparecer por completo, pelo que não será expectável uma fusão que anule a existência específica de cada um. Contudo, são várias as pressões para um sincretismo de complexidade, onde se conjuguem as particularidades de cada contexto e dos objetos de trabalho com as características e funções partilhadas, dando lugar à integração.

O emergir e a afirmação de um profissional sintético e polivalente, que poderemos designar de gestor de informação, insere-se num dinamismo disciplinar, que supõe a transição das etapas da multi e interdisciplinaridade para a transdisciplinaridade, e uma reconfiguração dos modelos de formação (Silva e Paletta 2019, pp. 31-38). De facto, a integração não se sustenta epistemologicamente nem se operacionaliza no terreno sem profissionais que combinem competências exigidas em arquivos, bibliotecas e museus,

sendo a área da organização do conhecimento e da informação uma componente charneira nesse modelo.

O estudo de manuais ou de obras de referência da Ciência da Informação, com enfoque para a organização do conhecimento, dá-nos uma visão de como está a ser pensada, ensinada e, em certa medida, operacionalizada a integração de arquivos, bibliotecas e museus. A obra *The discipline of organizing* (Glushko 2013; Glushko 2016) oferece-nos um ponto de partida desafiante e inovador para uma reflexão teórica, mas também para novos modos de intervenção, orientados para a integração e capazes de ultrapassar o sincretismo e as suas limitações.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, S., et al., 2017. *Collective wisdom: an exploration of library, archives and museum cultures* [Em linha]. Dublin, Ohio: OCLC Research [consult. 2023-11-11]. Disponível em: <https://www.oclc.org/content/dam/research/publications/2017/collective-wisdom-white-paper.pdf>.
- ARAÚJO, C. A. Á., 2020. Information Science in Dialogue with Archival Science, Library Science and Museum Studies: the recent Brazilian experience. *Zagadnienia Informacji Naukowej - Studia Informacyjne* [Em linha]. **58**(1A, 115A), 24-42 [consult. 2023-11-11]. Disponível em: <https://doi.org/10.36702/zin.722>.
- BASTIAN, J., 2017. GLAMs, LAMs, and archival perspectives. Em: H. MACNEIL, e E. TERRY, eds. *Currents of archival thinking*. Santa Barbara, California: Libraries Unlimited, pp. 327-350.
- CHOI, Y., 2020. Developing a specialization for LAM convergence using a competency-based approach in an LIS graduate curriculum. *Journal of Education for Library and Information Science* [Em linha]. **61**(2), 212-228 [consult. 2023-11-11]. Disponível em: <https://doi.org/10.3138/jelis.2019-0044>.
- GARTNER, R., 2016. *Metadata: shaping knowledge from the antiquity to the semantic Web* [Em linha]. Cham: Springer [consult. 2023-11-11]. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-40893-4>.
- GIVEN, L. M., e L. MCTAVISH, 2010. What's old is new again: the reconvergence of libraries, archives, and museums in the digital age. *The Library Quarterly* [Em linha]. **80**(1), 7-32 [consult. 2023-11-11]. Disponível em: <https://doi.org/doi:10.1086/648461>.
- GLUSHKO, R. J., ed., 2016. *The Discipline of Organizing*. Cambridge: O'REILLY MEDIA.
- GLUSHKO, R. J., ed., 2013. *The discipline of organizing*. Cambridge, London: The MIT Press.
- HIDER, P., 2018. *Information resource description: creating and managing metadata*. 2nd ed. London: Facet Publishing.
- HJØRLAND, B., 2008. What is Knowledge Organization (KO)? *Knowledge Organization* [Em linha]. **35**(2-3), 86-101 [consult. 2023-11-11]. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2008-2-3-86>.
- HOWARD, K., 2015. There and back again: is there a need for GLAM education? *Education for Information* [Em linha]. **31**(3), 99-108 [consult. 2023-11-11]. Disponível em: <https://doi.org/10.3233/EFI-150945>.
- JOUDREY, D. N., A. G. TAYLOR, e K. M. WISSER, 2018. *The organization of information*. Santa Barbara, Denver: Libraries Unlimited.
- MANSFIELD, T., et al., 2014. *Innovation Study: Challenges and Opportunities for Australia's Galleries, Libraries, Archives and Museums* [Em linha]. Austrália: Australian Centre for Broadband Innova-

- tion, CSIRO and Smart Services Co-operative Research Centre [consult. 2023-11-11]. Disponível em: <https://apo.org.au/sites/default/files/resource-files/2014-09/apo-nid42371.pdf>.
- MARTY, P. F., 2009. An introduction to digital convergence: libraries, archives, and museums in the information age. *Museum Management and Curatorship* [Em linha]. **24**(4), 295-298 [consult. 2023-11-11]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09647770903314688>.
- MAYERNIK, M., 2020. Metadata. Em: Birger HJØRLAND, e Claudio GNOLI, eds. *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization* [Em linha]. Toronto: ISKO [consult. 2023-11-11]. Disponível em: <https://www.isko.org/cyclo/metadata#refG>.
- RAYWARD, W. B., 1998. Electronic information and the functional integration of Libraries, Museums, and Archives. Em: E. HIGGS, ed. *History and electronic artefacts*. Oxford: Oxford University Press, pp. 207-225.
- SILVA, A. M. da, e F. C. PALETTA, 2019. *Ciência da Informação: estudos de epistemologia e de ética*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto – CIC.Digital.
- SILVA, A. M. da, et al., 1998. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento.
- TAYLOR, A. G., e D. N. JOUDREY, 2009. *The organization of information*. Westport: Libraries Unlimited.
- WAIBEL, G., e R. ERWAY, 2009. Think globally, act locally: library, archive, and museum collaboration. *Museum Management and Curatorship* [Em linha]. **24**(4), 323-335 [consult. 2023-11-11]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09647770903314704>.